

A.I. N. - 931041-0/05
AUTUADO - Z. S. SANTOS E CIA LTDA
AUTUANTE - ALBA M. DAVID
ORIGEM - IFMT/SUL
INTERNET - 22/09/05

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0026-05/05

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. AUDITORIA DE CAIXA. VENDA À CONSUMIDOR FINAL. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Rejeitada a preliminar de nulidade. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 12/02/05, refere-se à aplicação de penalidade pela falta de emissão de notas fiscais de saídas de mercadorias nas vendas a consumidor, apurado através de Auditoria de Caixa, exigindo-se a multa no valor de R\$690,00, disposta no artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

O autuado apresenta impugnação, à fl. 09, alegando que quando ocorreu a ação fiscal acabara de enviar seus talões fiscais para a contabilidade, inclusive o que estava em uso, e que não sabia que poderia utilizar o próximo talão sem que tivesse acabado o anterior. Ao final, pede a improcedência do Auto de Infração.

A auditora que prestou a informação fiscal (fls. 12 e 13) mantém a autuação, dizendo que o Termo de Auditoria de Caixa, à fl. 02, comprova materialmente a infração. Acrescenta que o próprio autuado admite seu cometimento, limitando-se a apresentar argumentos que não justificam o procedimento ilícito.

VOTO

O presente Auto de Infração refere-se à aplicação de multa pela falta de emissão de notas fiscais de saídas de mercadorias nas vendas a consumidor, apurado através de Auditoria de Caixa.

De acordo com os documentos anexados pelo autuante, entendo que ficou comprovado o acerto da ação fiscal, já que o Termo de Auditoria de Caixa, anexado aos autos à fl. 02, com a assinatura do representante da empresa autuada, constatou diferença positiva no valor de R\$45,00, servindo como prova do cometimento da infração, conforme entendimento já pacificado neste CONSEF, tendo em vista que tal diferença corresponde a venda de mercadorias sem a emissão da documentação fiscal exigível.

O próprio autuado admitiu o cometimento da infração quando em sua peça defensiva disse que “acabara de mandar os talões para a contabilidade, inclusive o em uso, e não sabia que poderia utilizar o próximo talão sem que tivesse acabado o mesmo”.

Pelo que dispõe os artigos 142, VII e 220, I, do RICMS/97, é obrigação do contribuinte entregar ao adquirente, ainda que não solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar, devendo a Nota Fiscal ser emitida antes de iniciada a saída das mercadorias.

Ressalto, ainda, que foi emitida a nota fiscal nº 002 (fl. 04), referente ao saldo positivo encontrado na auditoria de caixa, comprovando o procedimento irregular do contribuinte.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **931041-0/05**, lavrado contra **Z. S. SANTOS E CIA LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa de **R\$690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 31 de agosto de 2005.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - JULGADOR